

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.620 - MG (2019/0133648-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : LUAN VIEIRA (PRESO)  
**ADVOGADO** : VANUSA APARECIDA ALVES - MG169445  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por LUAN VIEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n. 1.0000.19.029224-3/000.

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 2/3/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso VII, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (homicídio qualificado tentado). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS – TENTATIVA DE HOMICÍDIO – DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – POSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – ORDEM DENEGADA.*

*- Não caracteriza constrangimento ilegal a manutenção da segregação se a decisão que converteu a prisão em flagrante do paciente em prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada, baseando-se em motivação arrolada na lei processual penal: art. 312 do CPP (fl. 405).*

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Aduz, por fim, que o acusado está acometido por doença grave, necessitando de cuidados especiais, sendo imperiosa sua imediata colocação em prisão domiciliar, nos

termos do art. 318, inciso II, do CPP.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, a substituição por domiciliar.

A liminar foi indeferida às fls. 546/547. Informações prestadas às fls. 551/553 e 554/709. O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do recurso à fl. 713.

É o relatório.

Decido.

De acordo com as informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, constata-se que em 25/11/2019 foi proferida sentença por denúncia nos autos da Ação Penal n. 0005246-44.2019.8.13.0431. Todavia, não é possível aferir o inteiro teor do julgado.

É cediço que esta Quinta Turma firmou posicionamento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o *writ* em que se busca sua revogação, **quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo**. Nesse sentido: RHC 53.194/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 28/03/2016.

O entendimento revela-se substancialmente claro: a superveniência de sentença que mantém a prisão cautelar constitui título novo, que substitui - e supera - o decreto prisional impugnado mediante *habeas corpus*, exceto se o Magistrado sentenciante não adota fundamentos novos e diversos daqueles apresentados por ocasião da decretação da segregação preventiva.

*In casu*, não há como aferir se a segregação antecipada foi mantida sem a adoção de novos e diversos fundamentos para a cautela - requisito indispensável ao prosseguimento do *writ* que busca revogá-la, diante da notícia da produção de novo título judicial que examinou a necessidade de manutenção da constrição.

Tratando-se o *habeas corpus* de rito célere, no qual não se admite a dilação probatória e cuja instrução compete ao impetrante, a este incumbiria, diante da superveniência de fato novo, a diligência de acostar aos autos o novo título judicial produzido no feito principal, a fim de demonstrar que o aludido julgado não tem o condão de afastar, no

# *Superior Tribunal de Justiça*

caso concreto, a impugnabilidade da decisão combatida pelo presente *mandamus*.

Constatado o silêncio do recorrente após a prolação da sentença, afigura-se forçoso entender pela perda de objeto do presente recurso em *habeas corpus*, diante da prolação de novo título.

Por adotar idêntico raciocínio, faço menção à recente decisão prolatada nos autos do RHC n. 63.337/MG, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, DJe 5.2.2016.

Por fim, das informações encaminhadas pelo Juízo de origem, verifica-se que a prisão preventiva do recorrente foi substituída por domiciliar no dia 25/5/2019 (fl. 556). Constatando-se, assim, a perda superveniente do objeto do presente recurso nesse ponto também.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, inciso XVIII, *a*, do RISTJ, não conheço do recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator